



Índice

- 01** [Demarcação inconclusa de terra indígena provoca invasão, conflito e morte no MS](#)
- 02** [Famasul diz que Funai descumpre lei e estimula violência](#)
- 03** [SIMS recebe visita de caciques Tiriýós](#)
- 04** [Índios pedem e Silval aceita estrada sem asfalto](#)
- 05** [Atual projeto de nação não tem lugar para povos indígenas, diz indígena e doutor em antropologia](#)
- 06** [Inscrições para o Processo Seletivo Indígena são prorrogadas em RR](#)
- 07** [Acusado de matar indígena obtém reintegração de posse](#)
- 08** [Palavras indígenas](#)
- 09** [Dia do índio com show de Djúena Tikuna no Sesc Centro em Manaus](#)
- 10** [Tupi por toda parte](#)
- 11** [Em audiência pública na quinta, CDH discutirá situação dos povos indígenas](#)





Demarcação inconclusa de terra indígena provoca invasão, conflito e morte no MS
SÍTIO CIMI, 13.04.2013

Um cabo reformado da Polícia Militar (PM) invadiu à cavalo a aldeia Ita'y, na Terra Indígena Lagoa Rica/Panambi, município de Douradina, Mato Grosso do Sul, na última sexta-feira, 12. Armado com revólver e facão, Arnaldo Alves Ferreira efetuou seis disparos contra os Guarani Kaiowá, acertando o indígena João da Silva na orelha. O PM possuía um terreno dentro da área identificada como terra indígena, a cerca de 300 metros da aldeia.

Os indígenas já haviam registrado Boletim de Ocorrência denunciando Arnaldo às autoridades, em função de outra violência praticada por ele contra a comunidade dois dias antes.

Segundo relato dos indígenas, Arnaldo invadiu a aldeia montado em um cavalo e munido de revólver e facão, cerca de meio dia e meia da sexta-feira, 12. "Ele foi na casa de um idoso e disse pra ele: 'você vai morrer', na frente da filha e da esposa", relata um indígena da aldeia que prefere não ser identificado. "Depois ele virou pra esposa e disse: 'a senhora vai ficar viúva hoje'".

Durante o ataque, integrantes da comunidade indígena conseguiram desarmar o militar reformado, defendendo-se dos disparos. Arnaldo foi mantido seguro pela comunidade, que informou a ocorrência à polícia local. O PM e o indígena ferido foram encaminhados ao Hospital da Vida, em Dourados. Arnaldo morreu ainda na ambulância; o Kaiowá ferido foi preso pela polícia, acusado de homicídio em flagrante.

Boletim de ocorrência

"Faz muitos anos que nós temos problemas com ele. Ele não gosta da gente. Deixava o cavalo comer na nossa roça, soltava o gado na aldeia. Já matou a tiro um monte de cachorros nossos e até bateu em gente da comunidade", relata um indígena de Ita'y.

Nas últimas semanas, Arnaldo havia resolvido cercar sua propriedade com cercas elétricas. "O problema é que a cerca fica bem na estrada que nós dois [indígenas e o PM] usamos e também no lugar onde as crianças esperam o ônibus escolar", relata o Kaiowá. A comunidade pediu ao cabo reformado que deixasse de utilizar a cerca elétrica. A exigência não foi aceita, e os indígenas teriam então, por duas vezes, desativado a cerca.

Na madrugada de terça para quarta-feira, Arnaldo esteve na aldeia. "Ele veio por causa da cerca. Ele entrou na casa de um homem gritando e bateu nele com o cabo do facão", explica. O indígena que sofreu violência registrou boletim de ocorrência e realizou exame de corpo de delito, cujo resultado deverá ficar pronto na segunda-feira, 15.

Os Kaiowá de Ita'y já temiam um ataque do policial. "Nós fizemos B.O. na polícia e avisamos Funai, MPF, Força Nacional que existia esse problema e estávamos com medo de acontecer algo. E aconteceu", lamenta.

CONT.



"A forma como a imprensa local está contando a história e como os ruralistas a estão utilizando é absolutamente manipulada e criminosa", afirma o coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Mato Grosso do Sul, Flávio Vicente Machado. "O policial não morreu 'em sua propriedade', 'espancado', 'torturado', ou 'a flechadas', conforme disseram os jornais locais e notas de entidades do agronegócio. Ele morreu invadindo novamente uma aldeia indígena, ameaçando a vida dos moradores e atirando contra eles", conta.

Para Flávio, a responsabilidade da morte do PM é do governo federal. "Esta situação está diretamente ligada à morosidade do Estado em completar o processo de demarcação das terras Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso do Sul", argumenta. "Os indígenas agiram em legítima defesa, uma vez que foram atacados de maneira covarde por um homem violento e preconceituoso.

"E isso foi e está registrado", aponta Flávio. Além do B.O., notas técnicas do Ministério Público Federal também registram as denúncias feita pela comunidade indígena sobre as ameaças sofridas por parte PM. "Na ocasião tanto a polícia, quanto a promotoria de Dourados foram acionados para apurar a denúncias", relembra.

O coordenador do Cimi critica a manipulação dos fatos, que está sendo usada pelos ruralistas em favor de suas pautas políticas. "Os ruralistas estão usando do fato para responsabilizar o governo federal pelo caso, acusando-o de fomentar a violência ao demarcar as terras indígenas, e com isso tentando acelerar a aprovação de suas pautas, como é o caso da PEC 215 ou o julgamento dos embargos declaratórios envolvendo as dezenove condicionantes do caso de Raposa Serra do Sol. Ora, é justamente o contrário! A responsabilidade é sim do governo federal, mas justamente porque ele não está cumprindo com sua obrigação constitucional e demarcando, de uma vez por todas, as terras tradicionalmente ocupadas pelos Guaraní e Kaiowá. E é inaceitável que, mais uma vez, queiram que os Guaraní e Kaiowá paguem mais essa conta", conclui.

Com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) na década de 40, os indígenas daquela área foram removidos de seus territórios tradicionalmente ocupados e colocados na Reserva Indígena de Dourados.

Em 2005, o movimento de reivindicação do território de Lagoa Rica se intensificou, levando ao início da identificação da área, em 2008, e também à retomada de dois Tekoha (territórios tradicionais): Guirakambi'y e Ita'y, onde ocorreu o ataque. Em dezembro de 2011, foi publicado pela Funai o relatório antropológico que identificou 12,1 mil hectares do território tradicional como Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica. A terra do PM reformado fica dentro da área identificada.



Famasul diz que Funai descumpre lei e estimula violência

SÍTIO CORREIODOESTADO, 14.04.2013

O Ministério da Justiça tem a responsabilidade de atuar na resolução da questão indígena, em especial nas condutas da Fundação Nacional do Índio (Funai), que descumpre a legislação, ignorando inclusive diretrizes do Supremo Tribunal Federal (STF), nos procedimentos demarcatórios no Estado. A afirmação é do diretor financeiro da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Almir Dalpasquale, durante coletiva de imprensa neste sábado (13) motivada pela morte do produtor rural Arnaldo Alves Ferreira, 68 anos, ocorrida na tarde de ontem (12).

Dono de uma pequena área, Ferreira foi amarrado e espancado por um grupo de indígenas que invadiram sua propriedade. Ferreira chegou a ser socorrido pela PM, mas morreu a caminho do hospital. Segundo informações levantadas pelo Departamento de Operações de Fronteira (DOF), os indígenas estavam em conflito com o produtor já há alguns dias, ameaçando invadir a propriedade.

"Há tempos buscamos a aprovação da Portaria 303 para normatizar os procedimentos demarcatórios. Quantas mortes ainda teremos? Onde vamos chegar?", lamentou Dalpasquale. A Portaria 303 determina que a administração pública federal siga as diretrizes definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o Caso Raposa Serra do Sol, como por exemplo, a impossibilidade de ampliação de terras indígenas já demarcadas. A vigência da Portaria está condicionada à publicação do acórdão dos embargos declaratórios do processo Raposa Serra do Sol por parte do STF.

Durante a coletiva, o diretor secretário da Famasul, Ruy Fachini, destacou que ao agir de modo insubordinado em relação às diretrizes do STF, a Funai não só descumpre a legislação como cria expectativas nas comunidades indígenas, estimulando invasões e violência. Atualmente, Mato Grosso do Sul tem 54 propriedades invadidas.

Dalpasquale lamentou que o descaso tenha resultado na perda de mais uma vida e disse que a Famasul vai acompanhar as investigações e a apuração do assassinato. E destacou que a vida é um preço muito alto pela omissão do poder público. "O desenvolvimento do Centro-Oeste está ligado à expansão da agropecuária com a vinda de produtores trazidos pelo Governo Federal, do qual muitos receberam áreas. Esse mesmo poder público não pode agora lavar as mãos diante do problema", enfatizou.



SIMS recebe visita de caciques Tiriyós

SÍTIO TERRA, 14.04.2013

A secretária de Estado da Inclusão e Mobilização Social, Cláudia Capiberibe, recebeu na manhã desta sexta-feira, 12, um grupo de caciques Tiriyós, habitantes da Reserva Indígena do Tumucumaque, no extremo Norte do Pará, região limítrofe com o Suriname.

Entre as demandas apresentadas está a dificuldade de manter plantações, pois os caciques afirmam que uma praga de saúvas tem comprometido a produção, além de episódios de alagamento do rio Marapi. Foi solicitada a distribuição de cestas básicas até que a produção normalize, assim como de ferramentas que incrementem as práticas agrícolas, como pás, serrotes e facões.

Problemas com transporte também estiveram em pauta. Os caciques expressaram, por meio de seu intérprete Amiakara Apalai, a insatisfação com a falta de pistas de pouso oficiais. Atualmente, apenas a Base Aérea de Tiriyós possui pista homologada.

Para Marcos César da Silva, representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) que acompanha os caciques, esta reunião é uma oportunidade para os índios falar e ouvir. Falar sobre a vida deles, quem eles são; e ouvir sobre como o Amapá pode colaborar com as políticas indígenas.

“Há um engajamento longo do senador João Alberto Capiberibe e da deputada federal Janete Capiberibe em cobrar do Governo Federal medidas para sanar o isolamento destas comunidades, por meio das pistas de pouso e de voos regulares da Força Aérea Brasileira (FAB), ligando as principais aldeias com Macapá”, disse a titular da SIMS.

Marcos César afirma que o Estado do Amapá é parceiro da Funai na execução da política indigenista. A intenção é levar a extensa agenda que envolve os assuntos indígenas às diversas esferas governamentais e órgãos envolvidos, estabelecendo assim um primeiro contato e articulando o que pode ser feito pelas questões apresentadas pelos povos indígenas.

A SIMS já atua com um plano específico que envolve as populações indígenas através da erradicação do sub-registro civil de nascimento e, dentro de suas atribuições, pretende contribuir para a melhoria de vida deste segmento.

“Nossa função enquanto Secretaria de Inclusão Social é receber as questões destas pessoas que se sentem excluídas de serviços que são essenciais. Nosso papel é reportar ao governador Camilo Capiberibe para que possa articular junto ao Governo Federal para cumprir as demandas dos povos indígenas”, finaliza a secretária.



Índios pedem e Silval aceita estrada sem asfalto

SÍTIO OSOCUMENTO, 13.04.2013

O governo de Mato Grosso irá viabilizar o cascalhamento e a elevação da MT 322 no trecho de 80 km que corta a área indígena do Parque Nacional do Xingu. A decisão foi tomada nesta sexta-feira (12.05) em assembleia realizada nas dependências do Parque Nacional entre o governador Silval Barbosa e caciques representantes de etnias do Xingu.

A melhoria na estrada faz parte do projeto MT Integrado, que visa a integração entre 44 municípios com asfalto. O único trecho sem asfalto será o que corta o Parque. Durante a assembléia dos caciques foi decidido, que o trecho não será asfaltado.

O Cacique Raoni Metuktire explicou que representantes das etnias locais se reuniram e após longos debates decidiram que não querem o asfaltamento dentro do parque, pois traria muito movimento e altas velocidades. "As etnias se reuniram e foi um diálogo extenso de muita análise. O asfalto traz movimento e nós nos preocupamos com as crianças e os animais. Pedimos que seja cascalhado para diminuir os atoleiros e facilitar o acesso", explicou.

Segundo o governador Silval Barbosa, haverá 200 km de asfalto no entorno, nas estradas que ligam o Matupá e São José do Xingu ao Parque Nacional do Xingu. "Gostei muito da visita. Desta forma o governo busca se aproximar ainda mais dos povos indígenas. Tivemos uma conversa muito tranquila e vamos continuar este diálogo sobre a melhoria das estradas na região".

Na oportunidade o governador Silval Barbosa entregou duas caminhonetes e uma moto para a aldeia Piaragu para facilitar o transporte na região. Silval visitou algumas aldeias e recebeu as solicitações dos indígenas na área de saúde e transporte e se comprometeu a viabilizar alguns dos pedidos.



Atual projeto de nação não tem lugar para povos indígenas, diz indígena e doutor em antropologia

SÍTIO EBC, 13.04.2013

Após manifesto de funcionários da Funai por um plano de indigenismo brasileiro, o Portal EBC entrevistou o indígena e doutor em antropologia Social, Gersem Baniwa, que atualmente é professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Na opinião de Gersem, que é originário do grupo indígena Baniwa (localizado normalmente no noroeste do Amazonas), um plano indigenista passa previamente por um projeto de nação do país, não podendo acontecer de forma dissociada: "Quando observamos a difícil situação de vida dos povos indígenas, pelas permanentes violações de seus direitos básicos, como o direito ao território e à saúde, podemos acreditar que ou o Brasil ainda não definiu seu projeto de nação; ou já definiu e neste projeto não há lugar para os povos indígenas", destaca.

O pesquisador, que já trabalhou em projetos no Ministério da Educação, reconhece alguns avanços das ações do governo na área escolar e na saúde indígena. O pesquisador reforça os esforços de gestores e técnicos que tentam avançar nas políticas indigenistas, mas denuncia as pressões sofridas pelos índios brasileiros por outros setores.



Inscrições para o Processo Seletivo Indígena são prorrogadas em RR

SÍTIO G1, 13.04.2013

Foram prorrogadas até a próxima terça-feira (16) as inscrições para o processo seletivo para contratação de 133 professores indígenas. O período de inscrição encerraria nesta sexta-feira (12). Até o momento, foram registrados 275 inscritos.

Com a mudança, o cronograma do seletivo também sofreu alteração. Agora, a divulgação do resultado preliminar será no dia 18 de abril. O prazo para interposição de recursos está reservado para os dias 19 e 22 de abril. O resultado final será divulgado no dia 23 e a convocação, cadastramento e lotação, ficaram para os dias 24 e 25 de abril.

As inscrições seguem no auditório do Instituto Insikiran, na Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista, das 8h às 12h horas e das 14h às 18h. Os candidatos deverão apresentar documentos pessoais entre eles RG, RANI, CPF, comprovante de residência, Carteira de Trabalho ou PIS, títulos ou comprovantes de escolaridade, além do Curriculum Vitae.

Os professores classificados terão carga horária de trabalho de 25 horas semanais, sendo 16 horas em atividades em classe e 9 horas de atividades extraclasse. Os salários variam de R\$ 1.462,62 a R\$ 2.031,17.



Acusado de matar indígena obtém reintegração de posse

SÍTIO OPOVO, 14.04.2013

A Justiça Federal concedeu liminar de reintegração de posse da Fazenda Santa Helena, de propriedade do fazendeiro Orlandino Gonçalves Carneiro, que confessou ter matado o adolescente indígena guarani kaiowá Denilson Barbosa. As informações são da Agência Brasil. Ele foi morto no dia 16 de fevereiro dentro da propriedade que faz divisa com a Aldeia Tey'ikuê, no município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul.

Após o assassinato, cerca de 300 indígenas enterraram o corpo de Denilson no local e passaram a ocupar a fazenda. Eles a reivindicam como parte do seu antigo território tradicional Pindo Roky.

A juíza da 1ª Vara Federal de Dourados, Raquel Domingues do Amaral, argumenta em sua decisão, proferida na quinta-feira, que não levou em consideração o conceito de terra tradicionalmente ocupada, "uma vez que ainda não foi noticiada a conclusão definitiva pelo Poder Executivo de qualquer demarcação na área de objeto de litígio".

A liminar estabelece prazo de dez dias para os indígenas deixem o local. Caso contrário, a comunidade da Aldeia Tey'ikuê deverá pagar uma multa de R\$ 10 mil diários. A Fundação Nacional do Índio (Funai) também foi incluída na decisão, devendo pagar R\$ 100 mil diários, caso os índios permaneçam na fazenda.

Na decisão, a juíza exige que a Funai "proceda à exumação e traslado do corpo do jovem indígena sepultado na fazenda", enterrando o corpo de Denilson no cemitério de Tey'ikue, "segundo as regras sanitárias vigentes".

O coordenador substituto do escritório da Funai em Dourados, Vander Aparecido Nishijima, disse que o órgão vai entrar com recurso contra a liminar da juíza, "para assegurar a permanência da comunidade na área".

Nishijima informou sobre a existência de um grupo de trabalho, chamado Dourados-Amambaipeguá, para realizar os estudos relativos à identificação e delimitação de terras indígenas em sete cidades do estado: Dourados, Fátima do Sul, Amambaí, Juti, Vicentina, Naviraí e Laguna Carapã.



Palavras indígenas

SÍTIO DGABC, 14.04.2013

Aprendemos que o idioma falado no Brasil é a Língua Portuguesa porque foram os portugueses que colonizaram o País. Mas muitas palavras do nosso vocabulário têm influência de outras línguas, como inglês, francês e, principalmente, o tupi, falado por grande parte dos índios que viviam aqui antes de os europeus chegarem.

Ao desembarcarem no Brasil, em 1500, calcula-se que havia entre 1 milhão e 10 milhões de índios e cerca de 1.300 línguas. Na época, várias tribos do grupo Tupi-Guarani (que falavam tupi) habitavam o litoral. Entre elas estavam os Tupiniquim, primeiros a fazerem contato com os portugueses.

Para se comunicar com os indígenas, os estrangeiros aprendiam algumas palavras. No fim do século 16, o padre jesuíta espanhol José de Anchieta escreveu livro sobre o uso do tupi. Ele e outros padres utilizavam a língua para se aproximar dos índios e catequizá-los (ensinar a religião católica).

A relação entre europeus e índios, porém, não era amigável. Os estrangeiros queriam dominar as terras e explorar as riquezas naturais. "Não foram só os africanos, os índios também viraram escravos", diz Fernanda Nascimento Nunes, 10 anos, de Diadema. Segundo o amigo Iago da Silva Wefer, 10, os europeus transmitiram doenças, como gripe e sarampo, aos nativos. A maioria dos infectados morria, pois o organismo não tinha defesa contra os vírus.

Muitos povos desapareceram. Hoje, no Brasil, existem cerca de 800 mil índios, que falam 180 línguas. Algumas tribos também aprendem a Língua Portuguesa por estarem sempre em contato com a população das cidades. Mas ainda há grupos isolados na floresta que desconhecem o idioma.

Várias palavras em tupi sobreviveram ao longo dos anos, contribuindo com a formação do idioma oficial do Brasil. É o caso de bambu, maracujá, cupuaçu, cipó e tamanduá (saiba mais nas páginas 4 e 5). Em geral, são nomes de plantas, frutas e animais que os europeus nunca tinham visto. Saber que o tupi está no nosso dia a dia faz com que a gente não esqueça a importância dos índios.

Ao pensar nos índios, em geral, vem à mente pessoas com corpo pintado, usando colares e cocares feitos de sementes e penas. Por isso, quando conheceu integrantes de uma tribo, Letícia Lima, 7 anos, imaginou que não fossem de verdade. "Usavam roupas como as nossas", diz a garota, que os viu no passeio com o Colégio Singular, de Santo André, à Estância Santa Luzia, em Mauá. Na ocasião, um grupo indígena mostrou seus costumes aos alunos.

A turma aprendeu que, ao longo do tempo, as tribos mudaram. Hoje, parte dos índios no Brasil veste-se como quem vive na cidade. Muitos vão à faculdade e usam tecnologias (celular, internet e tablet). Ainda assim, preservam costumes e tradições. "Quando estão felizes se pintam e dançam. Queria aprender", diz Mariana Joy, 8. Já Danilo Almeida, 8, gostou das lanças e flechas. "Existem armas para cada tipo de caça."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 060 / 2013

Brasília, 15 de abril de 2013.

Segundo Luiza Pires, 8, ela e os amigos aprenderam a fazer pulseiras com sementes, além de mexer com argila. "É legal ser índio", acredita a menina. "É bom saber que são amigos dos animais", afirma Danilo.

Em 19 de abril comemora-se o Dia do Índio. A homenagem foi criada no Brasil em 1943. A data faz referência ao 1º Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em 1940 no México. Ainda hoje as tribos no País lutam por direitos e pela preservação de tradições e territórios.



Dia do índio com show de Djuena Tikuna no Sesc Centro em Manaus

SÍTIO D24AM, 14.04.2013

A cantora indígena Djuena Tikuna representante do Amazonas no 35º Fermuc, que acontecerá, no dias 22 a 25 mês de maio no Paraná, será a atração principal do show que marcará as comemorações do Dia do índio no Sesc Centro, dia 19 de abril, às 20h. O show terá a participação dos grupos indígenas Bayaroá e Inhã-bé Mirim, além de exposição e venda de artesanato.

Ela foi escolhida após apresentação na Mostra Canção da Mata, realizada no início de 2013 no Teatro Amazonas.





Tupi por toda parte
SÍTIO UOL, 14.04.2013

Além de palavras, os índios deixaram outras heranças: alimentos (mandioca, milho, beiju), objetos (rede, canoa), hábitos (banho diário) e brincadeiras. "Tem peteca, cabo de guerra e pular corda", afirma Enthony Davi Rodrigues, 10 anos, que descobriu tudo por meio dos trabalhos da Escola Municipal José Martins da Silva, em Diadema.

Diferentemente da peteca que temos na cidade, a indígena costuma ser feita com palha de milho, pedrinhas ou areia, fibra de palmeira e penas.

Outro passatempo dos índios bem conhecido é a cama-de-gato, em que se constrói formas com barbante preso às mãos. O objetivo é passar a cordinha de um lado para o outro, formando diferentes desenhos. Nas aldeias, as crianças usam comprido fio de palha para brincar. "É divertido. Precisa de concentração", diz Gabrielle Santos Silva, 10.

Onde vivem

Com as lições da escola, a turma também aprendeu sobre a moradia indígena. "Chama-se oca e é feita de madeira e palha", explica Daniel Mendes Neiva, 10. Segundo o menino, esse tipo de residência, em geral, não tem cômodos e janelas, apenas uma ou poucas portas.

Mas Daniel e os amigos sabem que por causa do desmatamento e das queimadas na floresta as tribos podem ficar sem lar. "Antigamente, era melhor para eles, pois viviam em paz e sem poluição", acredita Sarah Medino Soares, 10.

E não é só no Brasil que existem índios. Em várias partes do mundo há populações de origem pré-histórica que ocupavam as áreas antes da colonização europeia, iniciada no século 16. No continente americano também ganham nome de ameríndios. Na Austrália, o povo nativo é chamado aborígene.



Em audiência pública na quinta, CDH discutirá situação dos povos indígenas
SÍTIO JORNALBRASIL, 14.04.2013

A situação dos povos indígenas e os principais problemas que afetam essas comunidades serão discutidos na próxima quinta-feira (18), às 8h30, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Solicitado pela senadora Ana Rita (PT-ES), o debate ocorre da semana em que se comemora o Dia Nacional do Índio, comemorado em 19 de abril.

Conflitos nas demarcações de terra, uma política de proteção aos territórios indígenas e as dificuldades de trabalho dos funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) devem dominar a audiência pública.

Para discutir o tema foram convidados Cleber Buzatto, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Déborah Duprat, subprocuradora-geral da República; José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça; Otoniel Guarani Kaiowá representante da comunidade indígena Guarani-Kaiowá; deputado federal Padre Ton (PT-RO), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas; e Suzie Silva Vito, representante da comunidade Guarani, aldeia Jaguapiru (Dourados-MS).

Guarani-Kaiowá

Em novembro do ano passado a CDH realizou audiência pública sobre a situação dos índios guarani-kaiowá, à época ameaçados de expulsão de suas terras na região de Dourados, no Mato Grosso do Sul.

A área habitada por 170 integrantes da etnia era motivo de conflito com fazendeiros. Em setembro de 2012, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou a reintegração de posse, com a retirada das famílias indígenas, mas eles se recusaram a sair do local por considerarem que as terras sempre pertenceram a seus antepassados.

Em carta que teve grande repercussão, os guarani-kaiowá prometeram resistir até a morte. O mesmo tribunal cassou a liminar que determinava a desocupação das terras e os índios ganharam o direito de permanecer na área.